



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

Bárbara Carvalho Neves

Universidade Estadual Paulista,
Programa de Pós Graduação
San-Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP),
São Paulo – SP, Brazil
(barbara.neves@unesp.br)

 ORCID ID:
<https://orcid.org/0000-0001-8233-7309>

Copyright:

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



O Banco Interamericano de Desenvolvimento e as diretrizes da Política Externa Norte-Americana para a América Latina: a atuação do BID na Argentina e no Brasil de 1960 a 2019

The Inter-American Development Bank and the North American Foreign Policy Guidelines for Latin America: the IDB's work in Argentina and Brazil from 1960 to 2019

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e21006>

Recebido em 2 de setembro de 2019

Aprovado em 19 de junho de 2020

Resumo

Os ideais liberais de comércio fazem parte da política externa norte-americana assim como das instituições internacionais criadas com o apoio americano. A criação do BID representou o amplo interesse dos Estados Unidos em direcionar o desenvolvimento socioeconômico do continente. O objetivo deste artigo é avaliar a atuação do BID a partir das diretrizes da política externa norte-americana com foco na dinâmica dos investimentos regionais para seus principais contribuidores sul-americanos: Brasil e Argentina.

Abstract

Trade liberal ideals have always been part of US foreign policy as well as for those international institutions created with American support. The creation of the IDB represented the broad interest of the United States in directing the continent's socioeconomic development. The purpose of this article is to evaluate the IDB's performance based on US foreign policy guidelines focusing on the dynamics of regional investments for its main South American contributors: Brazil and Argentina.

Palavras-chave: Política Externa Norte-Americana; Banco Interamericano de Desenvolvimento; América Latina; Investimento Externo; Brasil; Argentina.

Keywords: North-American Foreign Policy; Inter-American Development Bank; Latin America; Foreign Investment; Brazil; Argentina.

Introdução

Os ideais liberais econômicos que remontam os estudos de Adam Smith (1988) há muitas décadas estão presentes na política externa norte-americana, exercendo sua influência não somente

através das relações existente entre os Estados Unidos da América (EUA) e outros países do mundo, como também através das instituições e organizações internacionais criadas com o apoio do país, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas (ONU) e outros.

Caracterizados pela importância dada ao comércio e pela dinâmica de autorregulação do mercado, vendo com maus olhos a intervenção estatal econômica, os ideais liberais foram desde o fim da II Guerra Mundial ganhando espaço no Sistema Internacional (SI) através da hegemonia norte-americana. Por sua vez, uma das ferramentas utilizadas para a defesa desses ideais foram as instituições internacionais, entendidas e defendidas como espaços seguros propensos à cooperação entre os Estados, tanto por reduzirem os custos de transação para futuros intercâmbios internacionais ao fornecer as informações necessárias, como por diminuir a incerteza sobre preferências e comportamento entre os Estados (Keohane, 1984).

De modo mais específico, a América Latina, como zona de atuação dos EUA, teve em diferentes momentos o apoio de mecanismos e instituições financeiras norte-americanas que se direcionaram ao desenvolvimento da região. Foi após o fim da II Guerra Mundial, com a mudança do eixo de influência internacional da Europa para a América, que as relações político-econômicas entre a nova potência mundial e os países do continente americano se ampliaram, tendo como marco a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948.

Na busca por ampliar a relação entre os Estados Unidos e a América Latina tem-se também a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1959, e da Aliança para o Progresso dois anos depois. Criada em 13 de março de 1961 a Aliança para o Progresso foi uma iniciativa do então presidente norte-americano J. F. Kennedy que prometeu assistir no longo prazo os países latino-americanos para solucionar problemas nos âmbitos do crescimento econômico, reformas sociais e democracia. Entretanto, desde os anos 50 os Estados Unidos defendiam a diminuição do papel estatal no desenvolvimento para promover uma estabilização econômica mais rigorosa e maior abertura aos investimentos privados.

Apesar de ter sido criada em 1961, a estratégia norte-americana que desembocaria na criação da Aliança para o Progresso teve seu início em 1958 pelo Comitê de Relações Exteriores do Senado, que já avaliava a possibilidade de um programa de ajuda econômica no continente. Após uma viagem a diferentes países latino-americanos pelo presidente Eisenhower no mesmo ano, a busca por meios para se concretizar a estratégia de se inserir de maior modo nos países latinos se deu através do apoio à criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (Taffet, 2007).

Using U.S. funds, the bank would make loans across Latin America to help infrastructure projects in transportation, health, and education. In 1889, Secretary of State James G. Blaine had proposed such an institution, and in the almost seventy years following that suggestion, Latin Americans had argued for its creation. Since Blaine, however, the United States had consistently opposed its establishment. Part of the reluctance came from general opposition to development aid for Latin America, and part came from a fear that a regional bank would lead to a loss of control over foreign aid spending. Nixon's trip forced the administration to come up with some immediate response, but even this step forward did not signify a full commitment to development spending in Latin America. (Taffet, 2007: 18)

Por representar uma iniciativa profundamente interligada às diretrizes políticas dos Estados Unidos o governo norte-americano buscou fazer a Aliança para o Progresso “parecer latino-americana”, apresentando-a como uma herança da “*Brazilian President Juscelino Kubitschek’s Operation Pan America and as a product of the inter-American meetings in 1960 in Bogotá, Colombia*” (Taffet, 2007: 31). Ademais, a criação do BID representou uma ferramenta financeira adaptável para consolidar as vontades dos EUA na América Latina, sendo que nesse período se discutiu o papel do Banco em apoiar a Aliança para o Progresso, tendo realizado mais de 15 empréstimos e somando mais de US\$ 31 milhões destinados aos países do continente para cumprir com as metas da Aliança (Taffet, 2007).

Por sua vez, a estratégia norte-americana através da implementação da Aliança para o Progresso trouxe inúmeros descontentamentos, uma vez que propunham soluções que não condiziam com as estruturas econômicas subdesenvolvidas dos países latino-americanos. Ademais, tais ações se direcionaram em tentar reduzir os levantes de esquerda no continente e não em desenvolver as economias dos países e solucionar de fato seus problemas econômicos e sociais (Loureiro, 2014).

Apesar das falhas da Aliança para o Progresso e das insatisfações dos países latino-americanos diante da ampliação das assimetrias econômicas e sociais, e do desenvolvimento projetado a sanar somente barreiras de curto prazo, os EUA mantiveram seu auxílio e presença nos países do continente. Autores como Loureiro (2013) e Taffet (2007) destacam a existência de empréstimos advindos dos Estados Unidos em apoio à ascensão dos governos militares, ou bloqueando empréstimos aos governos de esquerda que não estivessem alinhados às diretrizes norte-americanas, como no caso de João Goulart no Brasil.

Até o final do primeiro mês da administração janguista, Washington parecia disposta a manter bloqueados os recursos brasileiros. Segundo o secretário de Estado norte-americano Dean Rusk, esses empréstimos só seriam liberados quando Goulart se comprometesse a perseguir as metas negociadas pelo governo Quadros com o FMI. Essa foi a primeira vez que o Departamento de Estado, com o aval da Casa Branca, afirmaria que a manutenção do auxílio financeiro norte-americano ao Brasil estaria dependente do cumprimento das recomendações feitas pelo Fundo. (Loureiro, 2012: 566)

É interessante pontuar aqui que, independente dos golpes militares e da emergência de governos ditatoriais na América Latina, as iniciativas regionais financeiras multilaterais mantiveram sua colaboração com os governos latino-americanos no período da década de 1960 a 1980. Como exemplo, Algañaraz e Bekerman (2014) apontam em estudo o aporte aos investimentos científicos durante a ditadura Argentina, na qual o governo diminuiu os recursos das universidades e centros de pesquisa, porém ampliou e concentrou investimentos no Conselho Nacional de Investigações Científicas e Tecnológicas (CONICET), principalmente a partir de aportes do BID ao país.

Por sua vez, durante o período de redemocratização no continente nos anos de 1980, na chamada “década perdida” para o desenvolvimento latino-americano, os mecanismos financeiros e as políticas neoliberais norte-americanas também tiveram um papel de grande impacto. Como discutido por Moniz Bandeira (2002), no final dos anos 80 em um cenário de crise econômica marcado por fuga de capitais, altos índices de inflação e estagnação econômica na América Latina, os interesses norte-

americanos no continente se viram afetados uma vez que a capacidade de importação dos mercados latinos diante do mercado estadunidense havia sido reduzido.

Foi diante dessa problemática que o país buscou

[...] formular um diagnóstico e sugerir medidas de ajustamento para sua superação. Naquela oportunidade, o economista norte-americano John Williamson apresentou um documento, que continha dez propostas de reforma econômica, sobre as quais havia amplo consenso em Washington, tanto entre os membros do Congresso e da Administração quanto entre os tecnocratas das instituições financeiras internacionais, agências econômicas do Governo norte-americano, Federal Reserve Board e think tanks. As propostas, visando à estabilização monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado, consistiam em: 1 – disciplina fiscal; 2 – mudanças das prioridades no gasto público; 3 – reforma tributária; 4 – taxas de juros positivas; 5 – taxas de câmbio de acordo com as lei do mercado; 6 – liberalização do comércio; 7 – fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8 – privatização das empresas estatais; 9 – desregulamentação das atividades econômicas; 10 – garantia dos direitos de propriedade. (Moniz-Bandeira, 2002: 135)

As medidas de privatização, desregulamentação e liberalização se apresentaram, portanto, como “condição fundamental” para que os países latino-americanos pudessem “[...] renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais. Assim eles passariam a depender sempre de financiamentos do BID ou do BIRD para a execução de obras públicas” (Moniz-Bandeira, 2002: 135).

Com o fim da Guerra Fria houve o aprofundamento da presença norte-americana na região com a afirmação de sua hegemonia, sendo que o crescimento das transações comerciais no mundo (Desidera Neto et al. 2014) deu espaço à maior incorporação dos ideais e diretrizes projetados pelos Estados Unidos no continente.

A inclusão desses ideais e diretrizes se deu principalmente pelas instituições internacionais existentes, refletindo um instrumento para a expansão do que se estava sendo propagado. Na visão de Keohane (2002) as instituições são criadas pelas, e ao mesmo tempo estruturam, as ações humanas, e, portanto, representam os interesses dos atores não somente materiais, mas também seus ideais e identidades. Nesse sentido, as instituições ao incorporarem tais atores, e de certo modo representarem seus interesses, acabam por incorporar elementos que constituam a sua própria alteração no longo prazo.

Uma das variáveis que compõem os estudos da área, e de modo mais específico do Institucionalismo Liberal, é o comércio. Essa perspectiva defende que as relações econômicas entre dois países, e a possível perda delas em um conflito direciona as nações à um cenário de paz. É a partir desse aspecto que os Estados Unidos desenvolveram a expansão de suas relações na América Latina no final da década de 1980 em conjunto com o estabelecimento do Consenso de Washington.

A defesa de que o progresso na história humana é inevitável e que a liberdade é prioridade no sistema internacional demarcou a política externa norte-americana no período, tendo no Consenso de

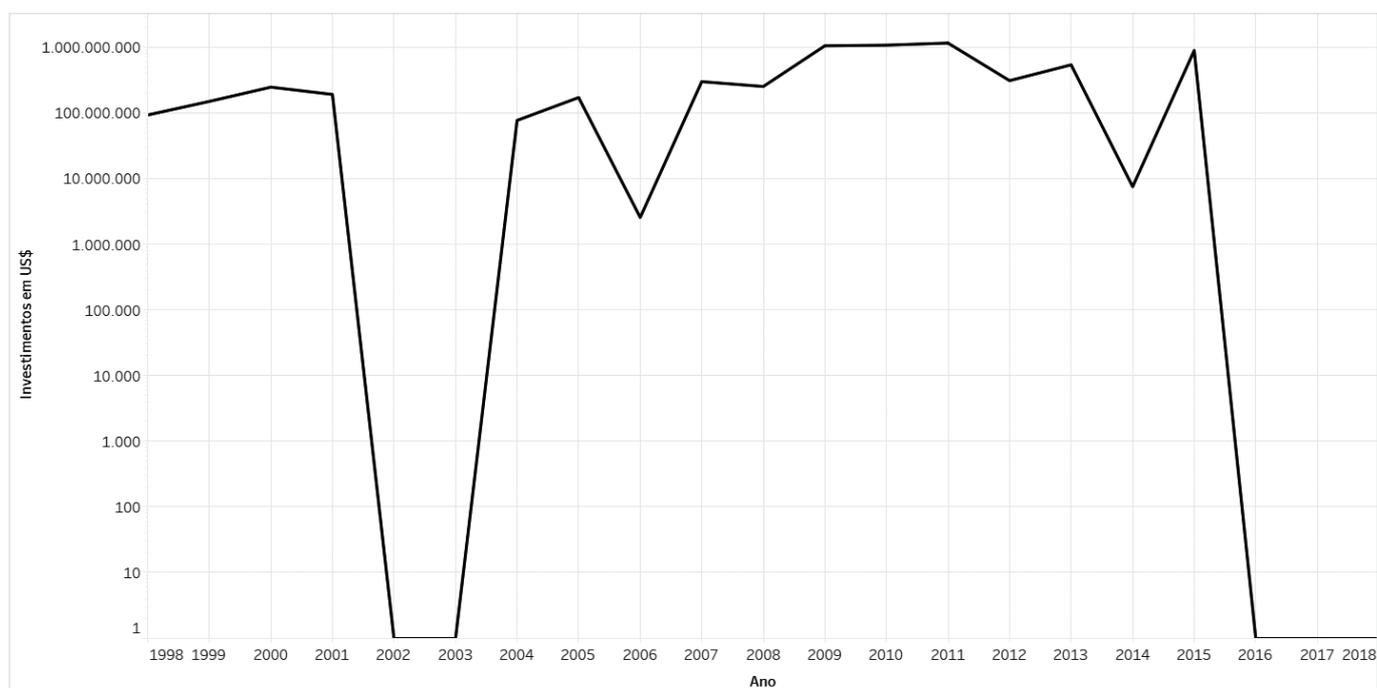
Washington a propagação do neoliberalismo no continente que, por sua vez, “*dictated the dismantling of much governmental regulation of markets in developing countries*” (Keohane, 2002: 3).

Foi neste cenário de desregulamentação que a atuação do BID se ampliou no continente, e apesar da insatisfação de alguns governos latino-americanos com a não reciprocidade entre os compromissos e acordos com os Estados Unidos, principalmente por parte do Brasil, as instituições criadas com o intuito de prover ajuda ao desenvolvimento latino-americano se mantiveram presentes.

O cenário de crises e o colapso político norte-americano frente ao atentado de 11 de Setembro de 2001 e a política de “guerra ao terror” do presidente George W. Bush resultaram na busca de alternativas regionais fora do eixo latino-americano, dando voz às críticas sobre os impactos que a abertura das economias periféricas no período trouxeram aos países da região (Cervo, 2002; Pecequilo, 2008). Diante da política externa de George W. Bush a América do Sul deixou de ser o foco central dos Estados Unidos, vindo o Brasil a ocupar parte do espaço de influência aberto no continente já não mais priorizado nas políticas norte-americanas.

O espaço deixado pelos Estados Unidos na região resultou na crescente participação brasileira nos papéis antes protagonizados pela potência hegemônica. Nesse período o Brasil potencializou a atuação do seu Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se colocando como uma fonte financeira para o desenvolvimento econômico, social e infra estrutural da América do Sul, como pode ser visto abaixo.

Gráfico 1: Financiamentos do BNDES para Exportação de Bens e Serviços para Obras de Infraestrutura na América do Sul (1998-2018¹), valores em milhões US\$



Fonte: Elaboração da autora com base nos dados de operação de exportação pós-embarque para serviços de engenharia da Central de Downloads do site do BNDES.

1 O período dos dados corresponde ao período do início dos financiamentos do BNDES às empreiteiras brasileiras para exportação de produtos e serviços de engenharia na América Latina.

Os investimentos do BNDES ocuparam um espaço importante no continente a partir dos anos 2000 atingindo entre 2009 e 2011 mais de US\$ 1 bilhão investidos anualmente para a construção de obras de infraestrutura no continente por empresas brasileiras. Os países mais beneficiados foram respectivamente a Venezuela, a Argentina, o Peru e o Equador.

Entretanto, como alguns estudos já apontam (Além and Cavalcanti, 2005; Honório, 2013, 2019; **Autor**, 2019), a atuação do BNDES foi limitada uma vez que o banco somente podia atender e financiar diretamente empresas brasileiras na exportação e prestação de serviços no exterior, e não era possível realizar financiamentos intergovernamentais como inicialmente defendido pelo governo em meados dos anos 2000.

Portanto, ainda que o governo brasileiro tenha buscado alternativas para ampliar sua influência regional, e apoiar o desenvolvimento intra e extrarregional dos países sul-americanos através das instituições e mecanismos regionais criados, as instituições de grande participação norte-americanas se mantiveram ao longo do tempo como atores centrais aos países da região. Ademais, a partir de 2013 com o aprofundamento da crise político-econômica nos países do continente o banco teve sua atuação e recursos reduzidos, sendo que desde 2016 não houve mais aportes para o âmbito da infraestrutura por parte do BNDES.

Sendo assim, apesar do inicial afastamento da política externa norte-americana da América Latina, as instituições estabelecidas pelo país mantiveram uma importante atuação no continente, em especial o BID. A expansão brasileira na região em conjunto com o BNDES, como uma alternativa às instituições internacionais embasadas nos preceitos norte-americanos, acabou por não consolidar um espaço de atuação não vulnerável às mudanças políticas e econômicas no continente.

Muito se discute sobre o *Soft Power* norte-americano e a disseminação dos preceitos neoliberais do país através das instituições e agências de financiamento internacional. Entretanto, é necessário avaliar como as instituições financeiras multilaterais têm atuado ao longo dos anos, questionando e avaliando as diretrizes consolidadas. Afinal, o BID como ferramenta da política externa dos Estados Unidos na América Latina efetivou as diretrizes liberais da política externa norte-americana?

Após esta breve avaliação do contexto regional e das questões aqui a serem discutidas, o objetivo deste artigo é avaliar a atuação do BID na América Latina, defendendo que o Banco têm se adaptado aos diferentes contextos regionais dos países latino-americanos, encontrando diferentes maneiras de projetar as políticas e interesses norte-americanos na região. Ademais, assume-se também que desde a criação do BID os Estados Unidos se mantiveram por muitas décadas o principal parceiro econômico e financeiro da região (Tussie, 1995). Sendo assim, este artigo será composto por duas discussões centrais: o funcionamento e as diretrizes do BID para os empréstimos realizados, e a participação macro do Banco na região e a sua atuação através de investimentos aos países latino-americanos, em especial Brasil e Argentina.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e as diretrizes liberais da política externa norte-americana para a América Latina

A ideia de criação de um Banco de desenvolvimento regional data do século XIX, ainda assim, a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) somente se concretizou mais de 60 anos depois. O BID foi criado em 1959 no intuito de ser uma instituição financeira regional para apoiar os países latino-americanos e caribenhos em seu desenvolvimento, tendo como foco o financiamento e apoio técnico em projetos para a redução da pobreza, desigualdade, saúde, educação e infraestrutura. Ainda assim, vale pontuar que a criação do BID resultou da visão estadocêntrica de desenvolvimento do período dos anos 1950 desenvolvida por Raul Prebisch dentro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CELAC) (Tussie, 1995).

O BID é conformado por 22 países que não usufruem dos recursos do banco (*non borrowing countries*): Estados Unidos, Canadá, Japão, Israel, Coreia do Sul, China, Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça e o Reino Unido; e 26 países-membros mutuários que usufruem dos recursos, classificados como mais vulneráveis: Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai; e os menos vulneráveis: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela.

Desde sua criação até o ano 2000 os dados fornecidos pelo banco apontaram que, em um total de quase 40 anos de sua atuação na região, o BID já havia financiado mais de USD 5.400 milhões para o setor de infraestrutura, seja através de projetos de integração física assim como componentes destinados às obras de integração (BID, 2000). Uma das principais contribuições do mecanismo financeiro aos países latino-americanos se apresenta através dos projetos de cooperação técnica como a realização de estudos de factibilidade, e outros. De acordo com o informe, de 1959 a 2000 já se havia executado 87 cooperações técnicas, tendo sido investido nesse âmbito mais de USD 77 milhões por parte do Banco (BID, 2000).

Ademais, o BID tem quatro objetivos estratégicos: a integração regional, a promoção da competitividade e o crescimento sustentável, a redução da pobreza, e o apoio à governabilidade. A visão do BID para a região se estrutura através da criação de marcos regulatórios e institucionais. Tendo sido um importante ator no processo das privatizações durante as reformas estruturais no continente nos anos 1990, o papel do BID dialoga diretamente com a premissa central na qual os agentes privados seriam os principais atores da dinâmica do desenvolvimento regional.

Como discutido anteriormente, apesar da tentativa do governo brasileiro de se distanciar e criar alternativas sul-americanas àquelas dirigidas pelos Estados Unidos a partir de meados dos anos 2000, o BID sempre esteve presente, por exemplo, através do âmbito da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) fazendo parte do seu Comitê Coordenador em conjunto de outros mecanismos financeiros regionais. No que se refere às iniciativas regionais para a infraestrutura sul-americana o BID foi um dos principais atores na elaboração de seus objetivos

e de suas estruturas institucionais, refletindo suas premissas e diretrizes (Honório, 2013; Mariano, 2014; **Autor**, 2019; Padula, 2014).

Ademais, não somente o BID tem uma participação constante e importante na América Latina e nos mecanismos de integração e cooperação regional, como também o BID ampliou sua atuação a partir da criação do Instituto para a Integração da América Latina e o Caribe (INTAL). Criado em 1965, o INTAL pertence ao departamento de integração e programas regionais do BID, sendo um dos principais atores nos trabalhos de cooperação técnica na região, preparando estudos de diagnóstico e factibilidade de projetos dos setores de portos, ferrovias, rodoviários e de energia.

Uma das principais diretrizes defendidas pelo BID e pelo INTAL em relação à sua atuação nos mecanismos regionais latino-americanos é a importância da criação de um marco jurídico e institucional apropriado, e do comprometimento dos governos para garantir a atratividade da região ao setor privado (BID, 2000). Outro aspecto destacado pelo organismo é a necessidade de se fortalecer as instituições governamentais criando espaços de interação entre os Estados e os agentes privados, e permitindo a construção de estudos finais que diminuam o risco do investimento no projeto final.

De modo mais específico o BID reflete através da IIRSA as diretrizes liberais da política externa norte-americana no período dos anos 2000, nas quais a lógica integracionista deveria estar diretamente relacionada à liberalização comercial, abertura a agentes privados, e diminuição da intervenção do Estado.

Apesar de ter sido criado em 1959, o Convênio Constitutivo do BID teve várias modificações ao longo dos anos de sua existência. Em seus objetivos iniciais o BID institui que seus empréstimos e serviços seriam direcionados para:

- (i) promover a inversão de capitais públicos e privados, para fins de desenvolvimento; (ii) utilizar seu próprio capital, os fundos que obtenha nos mercados financeiros e os demais recursos de que disponha, para financiar o desenvolvimento dos países membros, dando prioridade àqueles empréstimos e operações de garantia que contribuam mais eficazmente para o crescimento econômico dos mesmos; (iii) estimular os investimentos privados em projetos, empresas e atividades que contribuam para o desenvolvimento econômico, e complementar as inversões privadas, quando não houver capitais particulares disponíveis em termos e condições razoáveis; (iv) cooperar com os países membros na orientação da sua política de desenvolvimento, para uma melhor utilização de seus recursos, de forma compatível com os objetivos de uma maior complementação de suas economias e da promoção do crescimento ordenado de seu comércio exterior; e (v) prestar assistência técnica para o preparo, financiamento e execução de planos e projetos de desenvolvimento, inclusive o estudo de prioridades e a formulação de propostas sobre projetos específicos. (BID, 1996: 5).

O foco principal é o desenvolvimento dos países a partir do incremento do comércio e exportações a partir dos capitais públicos e privados aportados pelo Banco. Como já apontado, entre seus 48 membros estão os países americanos e demais membros da OEA, assim como países extrarregionais que sejam membros do Fundo Monetário Internacional (FMI). Inicialmente o capital do Banco foi

estipulado em US\$850 milhões com os valores do dólar vigente em 1º de janeiro de 1959. Tal valor compunha a carteira do Banco de 85 mil ações, cada uma à disposição dos membros à sua subscrição.

Ainda assim, o capital ordinário autorizado do BID se divide em capital realizado e ações de capital exigível, sendo que “o montante correspondente às ações de capital ordinário exigível só ficará sujeito a chamada quando for necessário para atender às obrigações do Banco” (BID, 1996: 8). Em 2012 foi realizado o último aumento de capital ordinário autorizado do BID. A aprovação da decisão foi realizada pela Assembleia de Governadores, adicionando US\$70 bilhões ao capital existente do BID que já somava US\$100 bilhões. Tal acréscimo deveria ser dividido em 5.802.660,0 ações, sendo que a decisão somente entraria em vigor caso cada país-membro depositasse o valor de suas subscrições no período estipulado pela Assembleia de Governadores (BID, 2012). O valor de subscrição foi dividido em 5 prestações, sendo a última efetivada em fevereiro de 2016, e “*since then, all of the paid-in capital related to the IDB-9 has been collected and all of the callable capital has become effective*” (BID, 2018: 28).

É diante da subscrição às ações do capital do BID que os países assumem seus compromissos e direitos frente à instituição financeira regional. O principal compromisso dos países-membros é o de honrar com a cota e seu pagamento para a utilização do recurso. Como exemplo, na resolução de 2012 ao Brasil e à Argentina foram estipuladas 15.150 ações de capital autorizado e 608.699 ações de capital exigível, sendo que cada ação tem o valor de US\$12.063,43². Ainda que na sub-região o Brasil e a Argentina sejam os maiores contribuidores, o principal em seu âmbito geral são os Estados Unidos, constando contribuição de 42.284 ações de capital autorizado e 1.698.851 de capital exigível.

Em sua estrutura institucional o Banco é constituído por uma Assembleia de Governadores, uma Diretoria Executiva, um Presidente, um Vice-Presidente Executivo, um Vice Presidente do Fundo e demais funcionários (BID, 1996). A Assembleia de Governadores é composta por Governadores nomeados pelos países-membros, sendo que cada país nomeia um Governador e um Suplente por um período de serviço de 5 anos. Por sua vez o Presidente é eleito pela Assembleia entre os Governadores nomeados. Os Diretores Executivos são profissionais de capacidade e experiência em assuntos econômicos e financeiros, não podendo ser Governadores durante seu período de atuação. Por fim, e não menos importante, a escola dos Diretores Executivos é conformada de três maneiras: 1. Um Diretor deverá ser nomeado pelo país-membro com mais números de ações no Banco, no caso, os Estados Unidos; 2. Pelo menos três Diretores serão eleitos pelos Governadores dos países-membros extrarregionais; e 3. Não menos de dez Diretores serão eleitos pelos Governadores dos demais países-membros (BID, 1996: 25).

A concessão de empréstimos pode ser realizada segundo certas normas e condições as quais o país solicitante é requerido de submeter sua proposta detalhada à instituição que, por sua vez, elaborará um relatório de recomendação da proposta. A avaliação da proposta leva em consideração:

2 Esse valor estabelecido visa modificar o valor padrão presente desde 1959 de US\$10 mil a partir do entendimento do Conselho Geral do Banco de que “desde a vigência em 1º de abril de 1978 da Segunda Emenda aos Artigos do Acordo do Fundo Monetário Internacional, que eliminou os valores nominais das moedas em termos de ouro, o Direito de Saque Especial (SDR) tornou-se o sucessor do dólar de 1959 como unidade padrão de valor do capital social do Banco” (BID, 2012: 3, tradução nossa). Aponta-se também que os conselhos administrativos do Banco ainda não tomaram uma decisão sobre esse assunto.

1. A capacidade do país em obter o empréstimo de fontes privadas em condições que sejam razoáveis para o Banco; 2. A condição do país mutuário e seu fiador, se necessário, em cumprir com as obrigações impostas com o empréstimo e, 3. A adequação das taxas de juros, demais encargos e plano de amortização do projeto (BID, 1996).

Por outro lado, o BID determina que

ao garantir um empréstimo concedido por outros inversionistas o Banco receberá compensação adequada pelo risco em que incorra; e [que] os empréstimos que o Banco conceda ou garanta serão destinados, principalmente, para o financiamento de projetos específicos, inclusive aqueles que façam parte de um programa nacional ou regional de desenvolvimento” (BID, 1996: 12).

Reafirma-se, portanto, a central importância dos objetivos do Banco para com o desenvolvimento econômico dos países que compõem sua agenda.

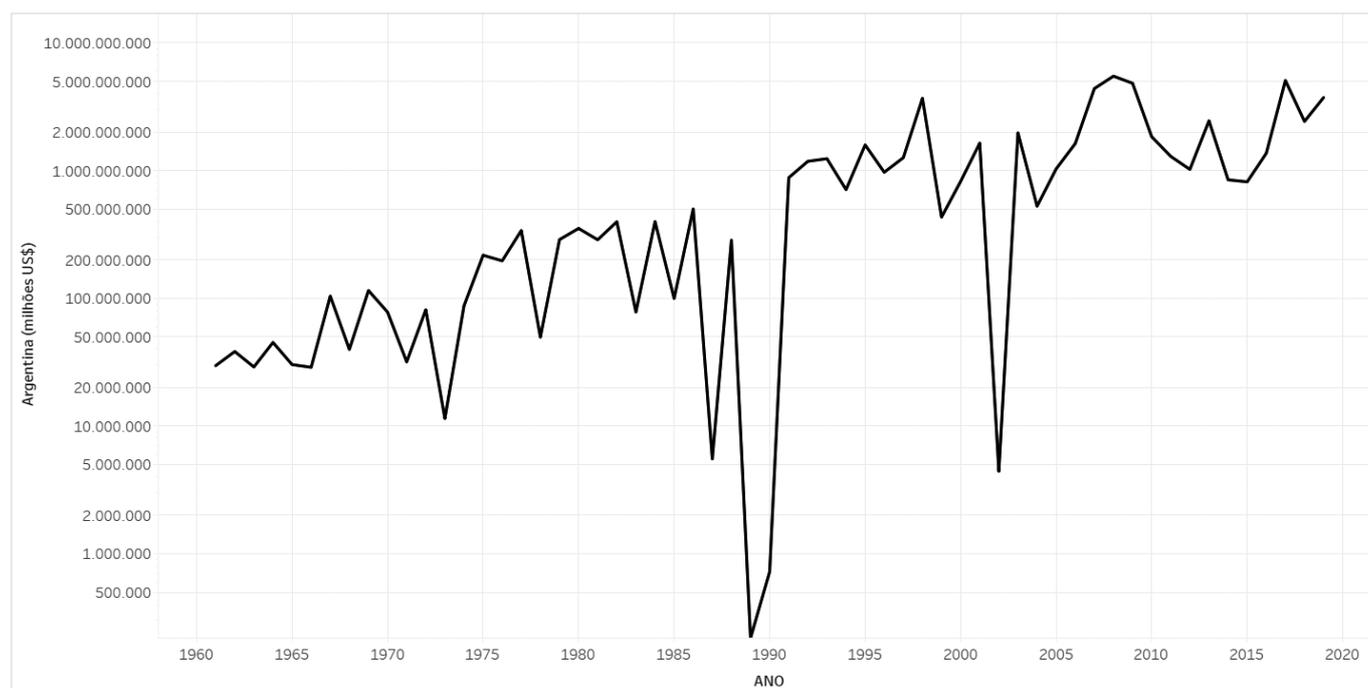
Dessa maneira, é necessário verificar os impactos da atuação do BID na América Latina a partir das diretrizes determinadas pelo Banco, seja através do foco comercial e desenvolvimentista como das políticas de investimentos privados priorizadas pelos Estados Unidos como ator central do mecanismo. Na próxima seção deste artigo, portanto, serão avaliados alguns índices econômicos dos dois maiores países acionários da América do Sul, Brasil e Argentina, levando em consideração os compromissos contraídos por ambos com o BID desde sua criação até o momento atual.

A Atuação e Impactos do BID no Desenvolvimento da América Latina

Desde sua criação em 1959, ao analisar os dados disponíveis no site do BID, é possível afirmar que foram investidos na América Latina mais de US\$ 446 trilhões (BID, 2019) em projetos de desenvolvimento rural e da agricultura, modernização e reforma do Estado, transporte, água e saneamento básico, energia, investimento social, educação, desenvolvimento urbano e moradia, indústria, meio ambiente e desastres naturais, mercados financeiros, saúde, firmas privadas e pequenos negócios, ciência e tecnologia, turismo sustentável, comércio e integração regional.

Tendo como exemplo os maiores países acionários da América Latina, desde a criação do BID até o ano de 2019 a Argentina e o Brasil tiveram um total aproximado de financiamento de US\$60 bilhões e US\$68 bilhões³, respectivamente. No âmbito da Argentina houve dois momentos de auge dos empréstimos realizados pelo BID, o primeiro nos anos 90, sendo que se atingiu valores aproximados de pouco menos de US\$4 bilhões em 1998, e o segundo nos anos 2000, atingindo mais de US\$5,5 bilhões emprestados em 2008 (Gráfico 2).

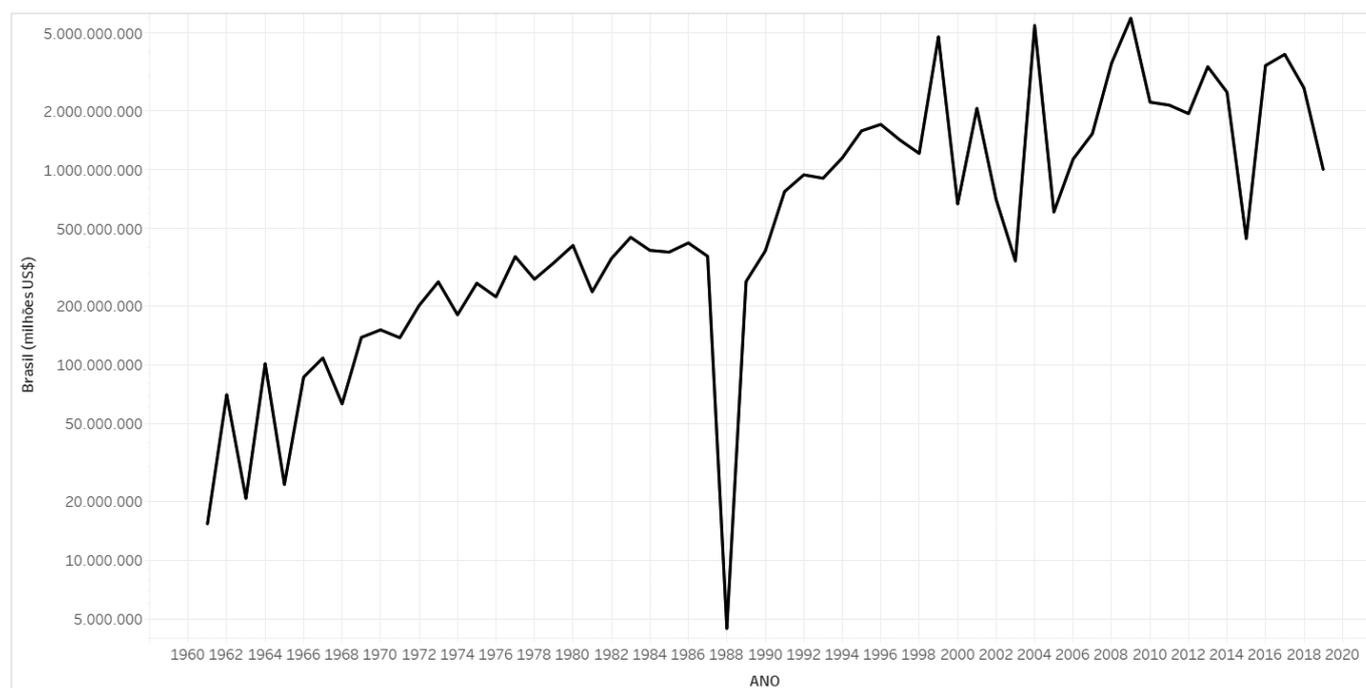
3 Para a análise dos financiamentos do BID ao Brasil e à Argentina foram considerados os projetos de status “em implementação” e “fechados” (concluídos), excluindo-se os valores dos projetos considerados “cancelados”.

Gráfico 2: Empréstimos do BID à Argentina de 1961 a 2019

Fonte: desenvolvido pela autora com base nos dados do BID (2020).

Vale a pena apontar também que, assim como o Brasil retoma altos valores de empréstimos do BID a partir de 2017, após sua crise institucional que levou ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff, como poderá ser visto abaixo, a Argentina também apresenta a retomada de altos valores de financiamento do Banco no período recente. Marcado também pelo final dos empréstimos do BNDES a partir de 2016, a Argentina passa de US\$1,3 bilhões recebidos do BID em 2016, para US\$5,1 bilhões no ano de 2017, atingindo o segundo maior valor financiado pelo Banco ao país desde 1959.

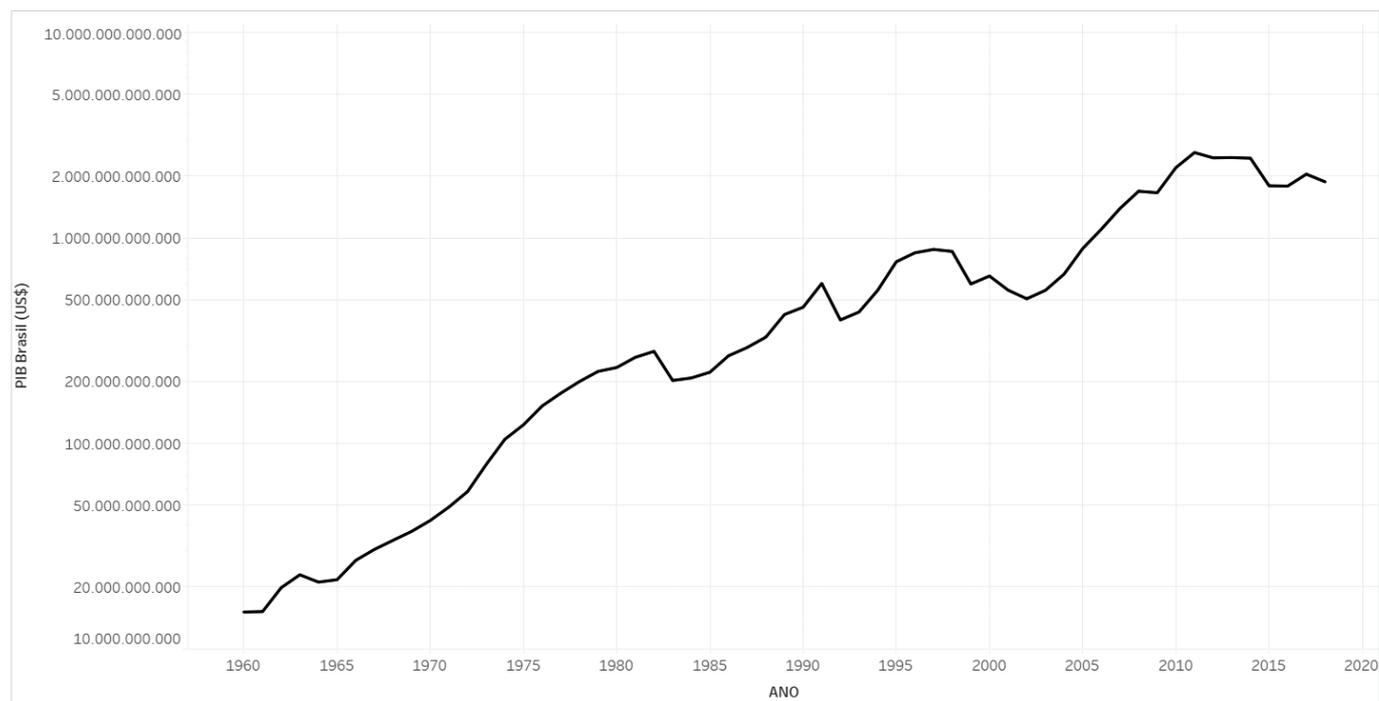
Do mesmo modo, o governo brasileiro também apresentou a mesma dinâmica de obtenção de empréstimos do BID, tendo recebido, respectivamente, quase US\$5 bilhões em 1999 e pouco menos de US\$6 bilhões em 2009 (Gráfico 3).

Gráfico 3: Empréstimos do BID ao Brasil de 1961 a 2019

Fonte: desenvolvido pela autora com base nos dados do BID (2020).

Como pode ser visualizado nos gráficos acima, a Argentina e o Brasil apresentam semelhanças nos momentos de ampliação e retração de seus fluxos de empréstimo do BID de acordo com suas diretrizes nacionais. Ainda assim, o Brasil por sua capacidade econômica e, portanto, maior capacidade de endividamento externo, pôde contrair no período maiores quantias de empréstimos do Banco frente a menores prejuízos em sua balança. É possível notar também que na crise do final dos anos 90 o Brasil teve maior capacidade de manter seus empréstimos com o BID, havendo, em comparação com a Argentina, uma retração menor nos fluxos de investimentos recebidos na virada do século. Ainda assim, é necessário, a partir da comparação de dados no mesmo espaço-tempo, buscar verificar se tais empréstimos corroboraram aos objetivos e diretrizes defendidos pelo BID.

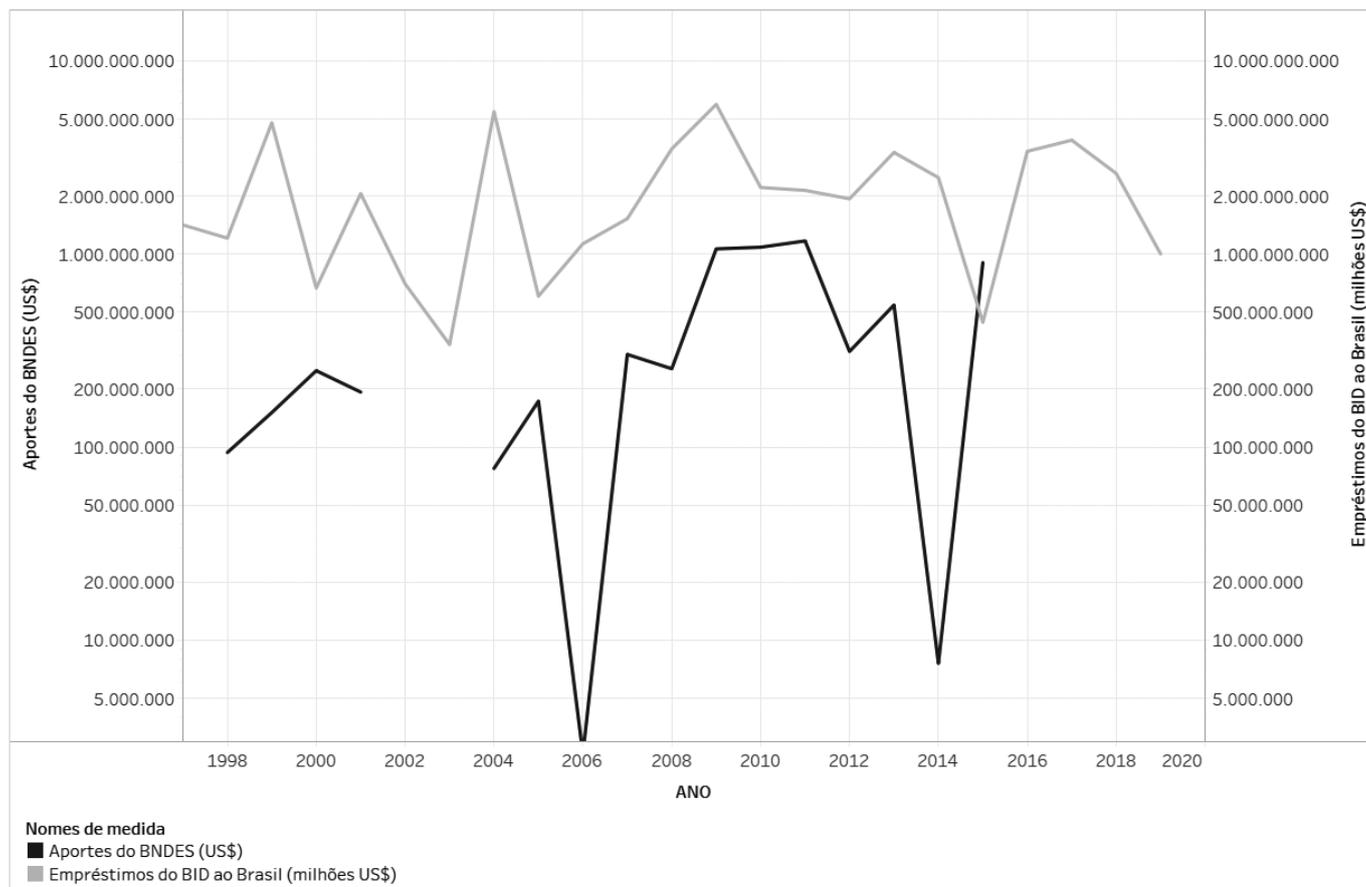
Partimos então da comparação dos investimentos do BID e dos PIBs dos Países. No que diz respeito ao Brasil, é possível observar que os empréstimos do Banco ao país foram seguidos por períodos de crescimento exponencial do PIB brasileiro tanto nos anos 90 como a partir de 2003. Ao visualizar o PIB brasileiro de 1960 a 2018 (Gráfico 4) comparando com os empréstimos do BID ao Brasil é possível correlacionar o período do principal empréstimo do Banco ao país, que somou quase US\$5,5 bilhões em 2004 durante o governo brasileiro de Lula da Silva, à guinada do crescimento do PIB brasileiro a partir de 2005.

Gráfico 4: Produto Interno Bruto Brasileiro (1960-2018)

Fonte: desenvolvido pela autora com base nos dados do Banco Mundial (2020)

Em 2004 o PIB brasileiro somava aproximadamente US\$ 670 bilhões, já em 2005 o valor passou a mais de US\$ 890 bilhões, alcançando a casa dos trilhões em 2006. Ainda assim, é interessante verificar que esse mesmo período de crescimento econômico também correspondeu ao crescimento dos empréstimos brasileiros às suas empresas através do BNDES. Se compararmos os aportes do BID e do BNDES de 1998 a 2017 (Gráfico 5) é possível correlacionar que o aumento dos aportes do BNDES às empresas brasileiras para realização de obras de infraestrutura na América Latina se deu em momentos de crescimento do aporte do BID ao país.

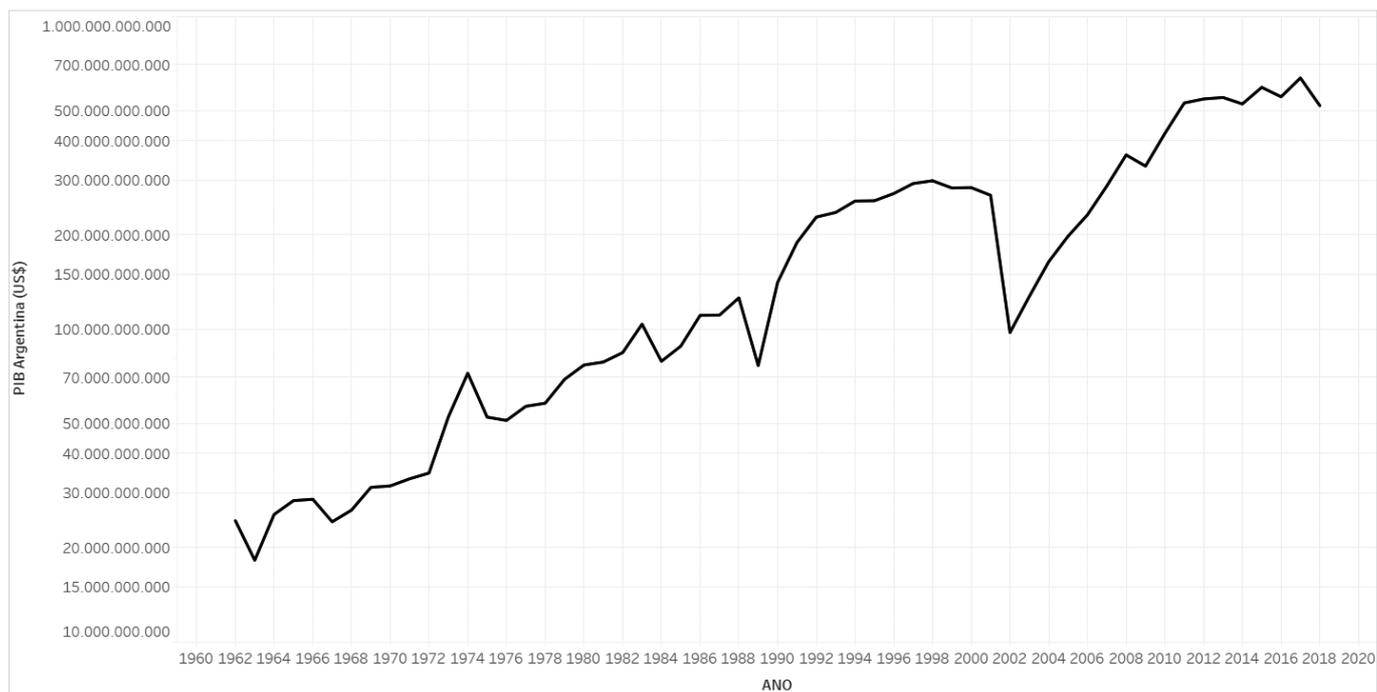
Gráfico 5: Investimentos do BID ao Brasil vs. Investimentos do BNDES para realização de obras de infraestrutura na América Latina de 1998 a 2019 (valores em US\$)



Fonte: desenvolvido pela autora com base nos dados do BID (2019) e BNDES (2019)

Vale ressaltar, como discutido no início desta seção que, apesar do BNDES ter se apresentado como uma possível alternativa à região através do financiamento brasileiro, o BID se manteve constante em sua participação regional, até mesmo através dos empréstimos feitos ao governo brasileiro. Ademais, assim como visto no caso Argentino, com a crise político-econômica brasileira desde 2013, vindo a ser cortado os investimentos do BNDES em 2016, a participação do BID no país se mantém e se amplia, havendo a retomada crescente dos investimentos do Banco ao Brasil, recebendo pouco menos de US\$4 bilhões em 2017.

A trajetória Argentina na correlação de empréstimos do BID e seu PIB, apesar de similar à do Brasil no que se refere aos períodos de obtenção dos empréstimos, aponta que a queda de aportes pelo Banco se destacou em momentos de crise na Argentina, seja na esfera econômica como política. Assim como pontuado anteriormente, a Argentina também apresentou dois momentos que marcaram altos investimentos do BID ao país, o primeiro nos anos 1990 e o segundo nos anos 2000. Ainda assim, diferentemente do Brasil, os empréstimos do BID não corroboraram inicialmente com momentos de retomada do crescimento do Produto Interno Bruto argentino. A crise do final dos anos 90 resultou na drástica retração do PIB do país em 2002, como pode ser visto no gráfico a seguir (Gráfico 6).

Gráfico 6: Produto Interno Bruto Argentino de 1960 a 2018

Fonte: desenvolvido pela autora com base nos dados do Banco Mundial (2019).

Tal dinâmica de contrafluxo reflete em grande parte os efeitos negativos sentidos pela Argentina após a grande influência das diretrizes neoliberais nas decisões econômicas do país nos anos 1990. A crise financeira internacional com marco inicial na Ásia em 1997 e na Rússia em 1998 atingiu a América Latina em 1999, sendo que as medidas liberais propostas no fim do século pelas instituições financeiras internacionais acarretaram o agravamento da capacidade de resposta dos países latinos diante da crise conformada. Limitada pelas regras impostas a Argentina declarou em 2002 a suspensão do pagamento de sua dívida externa que já somava mais de US\$ 140 bilhões, como destaca Moniz Bandeira (2002):

[...] ao fim dos anos 90, a situação na América do Sul afigurava-se ainda mais difícil e sombria do que ao fim da década de 1980. Na Argentina, durante seu primeiro mandato como presidente, Carlos Menem (1989-2000) conseguiu controlar a inflação e promover certo crescimento econômico, graças ao câmbio atrelado ao dólar (currency board) e ao ingresso de recursos externos, possibilitado pela privatização das empresas estatais e a brutal desnacionalização da economia. Ao fim do seu governo, porém, a situação financeira da Argentina já se configurava extremamente crítica. Com uma dívida externa da ordem de US\$ 144,6 bilhões, que equivalia a aproximadamente 50% do seu PIB, estimado em US\$ 271, 9 bilhões (1998), ela terminou o ano de 1999 com um déficit na conta corrente do balanço de pagamentos da ordem de US\$ 12,5 bilhões e um déficit na balança comercial da ordem de US\$ 2,17 bilhões, enquanto o superávit no comércio intrarregional foi da ordem de US\$ 2,45 bilhões. (Moniz-Bandeira, 2002: 136-137)

Por outro lado, já em meados dos anos 2000, a manutenção dos empréstimos realizados pelo BID ao país dialogou com o período de crescimento exponencial do PIB Argentino de 2003 a 2011.

Nesse sentido, apesar de haver inúmeros outros fatores internos e externos ao Brasil e à Argentina que corroboraram ao crescimento e retração do PIB de ambos os países, o BID pode ser considerado uma variável importante dentro de seus objetivos de ação para a região.

De modo geral, apesar de o BID atuar nos países latino-americanos de modos diferentes, de acordo com as demandas e necessidades de cada Estado, ao comparar a dinâmica de empréstimos do Banco ao Brasil e à Argentina, é possível verificar que as diretrizes econômicas aplicadas pelo Banco são as mesmas perpetuadas desde sua criação, adaptando-se aos diferentes contextos regionais. Seja nos anos 60 defendendo os preceitos liberais econômicos norte-americanos no pós-guerra, como nos anos 90 ao impor regras a partir de diretrizes neoliberais como condição para a liberação de empréstimos, o BID mantém seu espaço de atuação no continente. Atualmente, essa atuação pode ser vista em conjunto com os novos governos de direita na América Latina.

A adaptação do mecanismo financeiro regional passou por diferentes momentos do regionalismo latino-americano, tendo, por exemplo, dentro da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA) um de seus pilares de atuação na região (Padula, 2014). Ainda assim, como demonstrado no caso brasileiro, o BID vem retomando importância no contexto atual novamente com as pautas de liberalização, privatização e cortes de gastos estatais através de novos mecanismos e espaços regionais, como é o caso do Fórum para o Progresso e a Integração da América do Sul (PROSUL).

Na declaração do PROSUL, firmada em 25 de Setembro de 2019 em Nova Iorque, os Ministros de relações exteriores dos países participantes (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai e Peru) agradecem e apontam para a coordenação do Instituto para a Integração da América Latina e o Caribe (BID-INTAL) na produção e lançamento do site do PROSUL “www.foroprosur.org” e da plataforma virtual para o trabalho dos países participantes nos Grupos de Trabalho (GTs) (Brasil, 2019). Assim como Diana Tussie (1995) aponta, o Banco Interamericano de Desenvolvimento desde sua criação demonstrou uma relação diretamente ligada ao impulso dos projetos de integração regional no continente dos anos 1960, ligação esta que até hoje se apresenta latente em defesa das diretrizes econômicas em favorecimento à economia dos Estados Unidos.

Considerações finais

Os ideais liberais presentes na política externa norte-americana estão inseridos em diferentes espaços e mecanismos institucionais os quais os Estados Unidos faz parte. Nos anos de 1990 a afirmação da hegemonia norte-americana ampliou a projeção de diferentes ideais já presentes, principalmente àqueles relacionados ao impulso comercial e em defender a importância do desenvolvimento econômico da América Latina, em sua busca por uma inserção mais competitiva no Sistema Internacional e, conseqüentemente, para o mercado norte-americano.

Ainda que inicialmente tenha se destacado a insatisfação brasileira com a não reciprocidade das relações com os Estados Unidos, as alternativas brasileiras não se consolidaram de modo duradouro

ou de forma capaz a afastarem os recursos e espaços já ocupados pelo país. Ademais, apesar do afastamento da política externa estadunidense da América Latina nos anos iniciais de 2000, as instituições e iniciativas estabelecidas pelo país mantiveram uma importante atuação na região, em especial o BID.

Ao avaliar a atuação do BID na América Latina a partir das diretrizes da política externa norte-americana assim como suas condicionantes, apresentando as diretrizes do Banco e sua participação macro na região, pôde-se verificar que para ambos os países da região aplicou-se uma estratégia similar de atuação de acordo com o contexto de cada momento, seja por demanda dos países auxiliados como também através de percepções e oportunidades encontrada pelos Estados Unidos.

Como instituições internacionais co-constitutivas do sistema o qual fazem parte, o BID e os preceitos liberais da política externa norte-americana se adaptaram às novas necessidades e oportunidades do sistema, ampliando sua participação em outras instituições e espaços regionais existentes. Tais adaptações podem ser visualizadas a partir da incorporação de novos eixos e prioridades de atuação, sendo que no relatório anual do BID de 2018 o Banco aponta que seu foco atual inclui três desafios ao desenvolvimento: *social inclusion and inequality, productivity and innovation, and economic integration; and three cross-cutting issues: gender equality and diversity, climate change and environmental sustainability, and institutional capacity and the rule of law*” (BID, 2018: 7).

É possível visualizar as diferentes estratégias políticas norte-americanas à América Latina através de sua projeção com o BID e sua adaptabilidade diante do cenário regional. Em seu período inicial o Banco e a Aliança para o Progresso serviram como ferramentas para solucionar os problemas do continente que afetavam o mercado norte-americano, avançando em alguns âmbitos, porém fracassando em outros. Ainda assim, diante das demandas por desenvolvimento nacional e, em sua contraparte, a “ameaça comunista” no continente, a atuação do BID também esteve presente nas dinâmicas que resultaram nos golpes militares e ditaduras em diferentes países latino-americanos.

Por sua vez, durante a chamada “década perdida” sob uma diferente demanda dos países latinos que enfrentavam altas taxas de juros, dívidas públicas altíssimas e outros problemas econômicos, o BID também esteve presente defendendo novamente as diretrizes de investimentos privados, diminuição de gastos públicos e estabilização da economia.

Com o advento do neoliberalismo nos anos 90 a atuação do BID e a promessa de um desenvolvimento econômico a partir do cumprimento de seus ideais se destacou novamente. A presença do Banco regional assim como de suas diretrizes se mantém presentes e fiéis aos objetivos estabelecidos desde sua criação, resultando em impactos positivos aos países latino-americanos que contraem empréstimos, ou aprofundando os problemas econômicos e sociais já existentes no continente.

Reitera-se aqui o entendimento já defendido por Tussie (1995) de que desde sua criação o BID demonstra uma relação direta ao impulso dos projetos regionais em favorecimento à economia dos Estados Unidos. Ilustrado de maior modo pelo caso brasileiro aqui apresentado, a relação dos países latino-americanos com o BID demonstra constância, principalmente porque o Banco apresenta adaptações dentro dos diferentes contextos regionais na busca por sempre estar presente defendendo e projetando suas políticas e diretrizes para o desenvolvimento regional.

É importante relatar também que as informações e números apresentados foram trabalhados cuidadosamente a partir das tabelas de dados obtidas nos sites oficiais dos atores aqui analisados. Entretanto, de 2019 para 2020 o site do BID sofreu modificações, sendo que houve uma grande divergência na transparência dos valores de empréstimos realizados pelo Banco em cada ano, tendo sido adotado os valores e projetos disponíveis no site no ano de 2020. A transparência e acesso aos dados costuma ser uma variável a mais na problemática de análise do tema aqui proposto, principalmente pois os governos latino-americanos não apresentam de forma organizada e de fácil acesso tais dados sobre empréstimos obtidos e realizados. Aponta-se tal questão pois é necessária a transparência cada vez maior ao público e, conseqüentemente à academia, para cada vez melhores análises sobre a temática.

A projeção do BID tem retomado um crescente nos últimos anos, sendo incorporado pelo Prosul como um ator de importância. Por fim, é interessante notar que nos diferentes momentos da atuação do BID na América Latina, o Banco se apresenta e se sustenta como condição fundamental para o desenvolvimento da região. Por sua vez, compreender se as ações do BID e a incorporação das diretrizes de política externa norte-americana são benéficas à América Latina é uma agenda de pesquisa ainda a ser aprofundada.

Referências bibliográficas

- Alem, A. N.; Cavalcanti, C. E. “O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões”. *Revista do BNDES* 12, no. 24, (2005): 43-76.
- Algañaraz Soria, V. H.; Bekerman, F. “The BID-CONICET loan: A case of financial dependency of Science public policy during the Argentine military dictatorship” / El préstamo BID-CONICET: Un caso de dependencia financiera en la política científica de la dictadura militar argentina (1976-1983). In *Academic dependency and professionalization in the south. Perspectives from the periphery // Dependencia académica y profesionalización en el sur. Perspectivas desde la periferia*. Río de Janeiro – Mendoza: Critical Reviews on Latin American Research, 129-140, 2014
- Banco Mundial. 2019. “Data”. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em 20 jun. 2019.
- Bid. 1998. “*Tratado Constitutivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento*”. Reedição de 1996. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/relacao-com-instituicoes-financeiras-sub-regionais>>. Acesso em 20 jun. 2019.
- Bid. 2000. IIRSA. Documentos. “*Un nuevo impulso a la integración de la infraestructura regional en América del Sur*”. 2000. Disponível em: http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Un%20Nuevo%20Impulso%20a%20la%20Integracion%20de%20la%20Infraestructura.pdf. Acesso em 01 dez. 2018.
- Bid. 2012. Document of the Inter-American Development Bank. “Resolution AG-1/12: Increase of US\$70 billion in the Authorized Ordinary Capital Stock and Subscriptions Thereto”. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36670600>. Acesso em 23 jun. 2020.

- Bid. 2018. “Annual Report 2018: Financial Statements”. IADB. Publications, English, Documents. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/english/document/Inter-American_Development_Bank_Annual_Report_2018_Financial_Statements.pdf>. Acesso em 24 jun. 2020.
- Bid. 2019. “Projects”. Disponível em: <<https://www.iadb.org/en/projects>>. Acesso em 23 dez. 2019.
- Bid. 2020. “Projects”. Disponível em: <<https://www.iadb.org/en/projects>>. Acesso em 23 jun. 2020.
- Brasil. 2019. “Prosul”. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-prosul>>. Acesso em 18 de dez. 2019.
- Cervo, A. L. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. “*Revista Brasileira de Política Internacional*” 45, no. 1 (2002): 5-35.
- Desiderá Neto, W. A. et. al. “Relações do Brasil com a América do Sul Após a Guerra Fria: Política Externa, Integração, Segurança e Energia”. IN: DESIDERÁ NETO (org.). *O Brasil e as novas dimensões da integração Regional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014, 508 p.
- Honório, K. dos S. 2013. 135 f. “O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil”. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo, 2013.
- Honório, K. dos S. 2019. 228 f. “A política das obras e as obras da política: um estudo sobre as relações bilaterais Brasil-Bolívia e Brasil-Ecuador na dimensão da infraestrutura nos governos Lula da Silva (2003-2010)”. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo.
- Keohane, R. O. “*After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*”. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- Keohane, R. O. “*Power and Governance in a Partially Globalized World*”. New York: Routledge, 2002.
- Loureiro, F. P. “The Alliance For or Against Progress? US– Brazilian Financial Relations in the Early 1960s”. *Journal of Latin American Studies*, vol. 46, p. 323-351, 2014. doi:10.1017/S0022216X14000029
- Mariano, M. P. 2007. 218 f. “A Política Externa Brasileira, o Itamaraty e o Mercosul”. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2007.
- Mariano, M. P. “O Papel do Brasil na Integração da Infraestrutura da América do Sul: limites institucionais e possibilidades de mudança”. IN: DESIDERÁ NETO (org.). *O Brasil e as novas dimensões da integração Regional*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014, 508 p.
- Moniz-Bandeira, L. A. “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília. vol. 45, n. 2, p. 135-146, 2002
- Neves, B. C. 2019. 249f. “Política externa brasileira e a integração da infraestrutura na América do Sul: uma análise a partir dos mecanismos IIRSA/COSIPLAN”. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas de Pós-graduação em Relações Internacionais, São Paulo.

- Padula, R. “Da IIRSA ao COSIPLAN da UNASUL: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança”. In: DESIDERÁ NETO, W. (Org.). *O Brasil e novas dimensões da integração regional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 291-352.
- Pecequillo, C. S. “A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical”. *Revista Brasileira de Política Internacional* 51, no. 2 (2008): 136-153.
- Smith, A. “*A Riqueza das Nações*”. 1988. Editora Nova Cultural Ltda: São Paulo. ISBN:85-3551-0827-0.
- Taffet, J. F. “*Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America*”. Routledge, New Work, 2007. ISBN 0-415-97770-3.
- Tussie, D. 1995. “*The Inter-American Development Bank*”. Lynne Rienner Publishers, Inc: Colorado.